

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **001 – AGENTE DE GESTÃO ESCOLAR - AGE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Uso de conectivos aditivos ("além disso"): No segundo parágrafo não aparece "além disso" nem outro conectivo aditivo claro.
- b) Uso de substituições pronominais para evitar repetições: O parágrafo usa "elas" (referindo-se às miocinas) e "há aquelas", mas essas expressões funcionam mais como encadeamento explicativo, não como substituições pronominais principais para evitar repetição. Não é a estratégia predominante.
- d) Uso de sinônimos para "neurônios": Não ocorre. O texto explica "neurônios", mas não usa sinônimos.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2018.

FONTES:

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

I – A palavra apresenta o mesmo número de fonemas e de letras.

Letras: 7 → c – é – r – e – b – r – o

Fonemas: 7 → /c/ /é/ /r/ /e/ /b/ /r/ /o/

Não há dígrafo nem letra que represente dois sons: Verdadeiro

II – Há nela a presença de um dígrafo.

Em “cérebro” não existe dígrafo (como “ss”, “rr”, “ch”, “nh”, “lh”, “qu”, etc.).

Cada letra representa um só fonema: Falso

III – Trata-se de palavra proparoxítona, cuja sílaba tônica é “ce”.

Divisão silábica: cé – re – bro

A sílaba tônica é cé, a antepenúltima.

Logo, a palavra é proparoxítona: Verdadeiro

FONTE: CEGALLA, D. P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

"A principal causa de subsidência do terreno no Irã é a **extração** excessiva e insustentável das águas subterrâneas, que gera subsidência da terra e crescente desertificação", explica Motagh.

Quando a água é bombeada em excesso das camadas subterrâneas, conhecidas como aquíferos, o solo se compacta e a superfície da terra afunda, às vezes de forma permanente.

O Conteúdo da questão enquadra-se no tema de “Notícias divulgadas em jornais, revistas, televisão e Internet nos últimos seis meses” que faz parte do conteúdo de atualidades e conhecimentos gerais.

FONTE: Armen Nersessian. “O afundamento do solo em mais de 25 centímetros por ano que ameaça relíquias do Império Persa”. BBC, 7 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0m43910kxo>.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 31

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão está fora do conteúdo programático, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 33

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão está fora do conteúdo programático, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Participação política independentemente da idade - Errado porque crianças e adolescentes não têm direitos políticos plenos. Só podem votar a partir dos 16 anos.
- b) Liberdade para consumir bebidas alcoólicas com supervisão - Errado porque o ECA proíbe totalmente o consumo de álcool por menores de 18 anos, mesmo com pais presentes.
- d) Trabalho remunerado a partir dos 14 anos - Errado porque menores de 16 anos não podem trabalhar, exceto como aprendiz a partir dos 14. A alternativa não menciona “aprendiz”, então está incorreta.

FONTES: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 47

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Priorizar apenas ações pedagógicas ignorando estrutura
Errado — boa gestão deve equilibrar pedagógico + infraestrutura + operação.
- c) Destinar recursos à acessibilidade
É algo importante, mas não é um princípio geral de gestão financeira; trata-se de uma ação específica, e não de uma prática de gerenciamento.
- d) Fazer prestação de contas transparente
É uma prática essencial, mas a questão buscou a prática pedagógica mais alinhada ao termo “gestão participativa”, que é uma diretriz central da administração escolar. Na questão, o foco estava no planejamento e na participação da comunidade, não apenas na prestação de contas posterior.

FONTES: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 03 de dezembro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **003 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO - AE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) exagera ao afirmar que é a única responsável (redução indevida).
- c) trata como secundária, desconsiderando o efeito claro e direto já comprovado.
- d) afirma que os efeitos são contraditórios e sem base científica, o que é falso.

FONTES: Mikkelsen et al. (2017) – Frontiers in Psychiatry
Mikkelsen, K. et al. Exercise and mental health.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

FUN LIV DIAS
18 30000 15
15 45000 x
 $15/18 \cdot 30000/45000 = 15/x$
 $1/3 \cdot 5/3 = 15/x \rightarrow 5/9 = 15/x \rightarrow x = 9 \cdot 3 = 27$ dias

FONTES: Dante, Luiz Roberto
Dante, L. R. – Matemática: Contexto & Aplicações.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

$25/100 \times 80 = 20$
 $35/100 \times 120 = 42$
Desconto total = $20 + 42 = \text{R\$ } 62,00$
Valor original = $80 + 120 = \text{R\$ } 200,00$
 $62/200 = 31/100 = 31\%$

FONTES: Iezzi, Gelson; Murakami, Roberto; outros
Iezzi, G. et al. – Fundamentos de Matemática Elementar – Vol. 1: Conjuntos, Funções e Porcentagem.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de A para D.

DEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

a) “O percentual de reserva de vagas em concursos públicos para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas foi ampliado de 20% para 30%.”

Correta, a lei realmente aumentou esse percentual para 30%.

b) “Pessoas indígenas e quilombolas foram formalmente incluídas como beneficiárias da reserva de vagas, reforçando a representatividade étnico-racial no serviço público.”

Correta, a lei incluiu indígenas e quilombolas como beneficiárias.

c) “O critério de autodeclaração será validado por comissões de heteroidentificação, sendo o edital o instrumento responsável por detalhar os procedimentos e os recursos cabíveis em caso de não confirmação.”

Correta: a lei prevê confirmação complementar à autodeclaração, por meio de heteroidentificação.

FONTES: Brasil. Presidência da República. Lei nº 15.142, de 6 de junho de 2025.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta erro na Lei, causando confusão para que seja respondida. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

b) “A divulgação é permitida quando for determinada por autoridade policial em situações de grande comoção social.”

INCORRETA / exceção falsa. O ECA não permite divulgação por autoridade policial, mesmo em grandes casos, sem autorização judicial.

c) “Em nenhuma hipótese é permitido divulgar informações sobre crianças e adolescentes em processos judiciais ou administrativos.”

Incorreta de forma absoluta — o ECA permite divulgação com autorização judicial, para fins educativos ou científicos.

d) “A divulgação é autorizada quando realizada exclusivamente pela imprensa, desde que sejam suprimidos os nomes das partes envolvidas.”

INCORRETA. O ECA não prevê que a imprensa possa divulgar livremente, mesmo com nomes suprimidos — precisa autorização judicial.

FONTES: BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 40

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta erro na Lei, causando confusão para que seja respondida. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 46

Improcedem as alegações do recorrente.

Conclui-se que a questão 46 foi elaborada de forma correta e com base na legislação vigente no momento da publicação do edital. O gabarito fornecido, que aponta o prazo de 180 dias, segue rigorosamente as normas aplicáveis e não deve ser alterado. Alterações legislativas posteriores são irrelevantes para os fins avaliativos deste concurso. Dessa forma, o recurso apresentado pelo candidato para a anulação da questão não procede, e a manutenção da questão e de seu gabarito é plenamente justificada.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 03 de dezembro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **004 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

a) “de desenvolver um gás que pudesse ser liberado...”: Completa o verbo desenvolver, então é objeto indireto, não complemento nominal.

c) “de substâncias químicas na agricultura”: Completa o verbo “demonizar”, logo é objeto indireto, não complemento nominal.

d) “como armas químicas...”: É um adjunto adverbial de modo/comparação, não complemento nominal.

FONTES: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lexikon.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com Bechara (2015, p. 316), há preposições essenciais, aquelas que "só aparecem na língua como preposições" e acidentais, aquelas que, "perdendo seu valor e emprego primitivos passaram a funcionar como preposições". Segue a lista de preposições essenciais e acidentais de acordo com Bechara (2015, p. 316): preposições essenciais: "a, ante, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por [per], sem, sob, sobre, trás"; preposições acidentais: "durante, como, conforme, feito, exceto, salvo, visto, segundo, mediante, tirante, fora, afora, etc". Dessa forma, o gabarito se encontra CORRETO, ao afirmar que apenas a preposição 'contra' é essencial.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

- (I) $27,4 - 9,5 = 17,9 / 9,5 = 1,88 \times 100 \cong 188\%$ (CORRETA).
(II) $(9,5 + 13 + 14,2 + 16,4 + 21) / 5 = 74,1 / 5 = 14,82$ (CORRETA).
(III) $24,5 \div 9,5 \cong 2,5$ (CORRETA).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

$$\begin{aligned}2C + 2L &= 600 \rightarrow C + L = 300 \text{ e } C/L = 3/2 = 1,5 \rightarrow C = 1,5L \\1,5L + L &= 300 \rightarrow 2,5L = 300 \rightarrow L = 300/2,5 = 120 \text{ cm, logo } C = 1,5 \times 120 = 180 \text{ cm} \\(AC)^2 &= 180^2 + 120^2 = 32400 + 14400 = 46800 \\AC &= \sqrt{46800} = 60\sqrt{13} \\M &= AC/2 = 60\sqrt{13}/2 = 30\sqrt{13} \text{ cm.}\end{aligned}$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

- b) BX é igual a metade de AB: Não existe nada no enunciado que garanta isso.
INCORRETA.
- c) $BX/XY = BY/AC$: Essa relação não aparece em Thales nem na semelhança.
INCORRETA.
- d) Os triângulos ABC e BXY não são semelhantes: Como $XY \parallel AC$, eles são semelhantes, sim.
A afirmação diz que NÃO são INCORRETA.

FONTES: Iezzi, Gelson; Dolce, O.; Degenszajn, D. Matemática: Ciência e Aplicações. Volume 1. Editora Atual. Capítulo sobre Razões, Proporções e Semelhança de Triângulos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

a) INCORRETA: Apesar de conter elementos verdadeiros (acesso e apoio pedagógico), ela limita o dever estatal, pois o ECA não diz que a prioridade é apenas regiões de baixa escolarização, e trata como obrigação apenas “medidas corretivas”, o que reduz a abrangência do direito.

b) INCORRETA: O ECA (art. 54) determina que a educação infantil também é dever do Estado, não apenas da família.

Além disso, o ensino fundamental não é o único foco estatal.

d) INCORRETA: O Estado não pode restringir suas obrigações exclusivamente ao ensino médio.

O ECA garante educação para todas as faixas etárias, desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo profissionalização.

FONTES: REFERÊNCIAS – ECA (Lei nº 8.069/1990).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

a) INCORRETA: O ECA não atribui a responsabilidade exclusiva à família.
O art. 4º afirma que a responsabilidade é compartilhada entre família, sociedade e Estado.

b) INCORRETA: O ECA determina que o acolhimento institucional é medida excepcional e provisória (art. 101, §1º).
A prioridade é manter ou reintegrar a criança à família, não afastá-la automaticamente.

d) INCORRETA: Os casos de violação de direitos não são resolvidos apenas pelo Judiciário.

O ECA prevê atuação:
do Conselho Tutelar (arts. 131–136),
de políticas públicas,
da sociedade civil organizada.
O Judiciário só atua quando necessário.

FONTES: REFERÊNCIAS — ECA (Lei nº 8.069/1990)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

a) INCORRETA

Crianças não podem trabalhar em nenhuma atividade, nem mesmo “trabalho educativo”. O ECA proíbe totalmente o trabalho antes dos 14 anos.

b) INCORRETA

Adolescentes de 14 a 16 anos só podem trabalhar como aprendizes, não em “atividades gerais”. A jornada também não é de “4 horas diárias”, mas conforme regras da aprendizagem.

c) INCORRETA

Menores de 16 anos não podem trabalhar, salvo como aprendizes — e ainda assim proibidos em atividades:

insalubres,

perigosas,

noturnas.

Trabalho educativo não pode ser insalubre.

FONTES: ECA, art. 60, 63 e 67, CF/88, art. 7º, XXXIII, CLT, art. 428.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

a) INCORRETA

A política não permite substituir o ensino regular por atendimento exclusivo em instituições especializadas.

O AEE é complementar, não substitutivo.

b) INCORRETA

As instituições não se limitam apenas à formação de professores.

Seu papel é muito mais amplo, incluindo apoio, AEE e produção de recursos.

c) INCORRETA

A política de Educação Inclusiva rompe com a ideia de “principal espaço” para alunos com deficiência.

A escolarização prioritária deve ocorrer na escola regular, sempre que possível.

FONTES: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

a) Adaptação parcial do currículo... - Incorreta.

A política orienta para currículo flexível, acessível e inclusivo, não “parcial” e nem jogando ao professor isoladamente a responsabilidade pelas adaptações.

c) Salas exclusivas como único espaço pedagógico... - Incorreta.

As salas de recursos multifuncionais são para AEE complementar ou suplementar, não substituem a sala regular.

d) Isentar alunos de avaliações formais... - Incorreta.

A política prevê avaliações acessíveis, não a dispensa do processo avaliativo. Avaliações devem ser adaptadas, nunca eliminadas.

FONTES: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 03 de dezembro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM